



MINISTÉRIO DA FAZENDA



TESOURO NACIONAL

Ofício nº 3276/2008/COREM/STN

Brasília, 15 de abril de 2008.

A Sua Excelência o Senhor

SÉRGIO CABRAL

Governador do Estado do Rio de Janeiro

Rua Pinheiro Machado s/n – Palácio Guanabara – Laranjeiras

22.231-090 - Rio de Janeiro - RJ

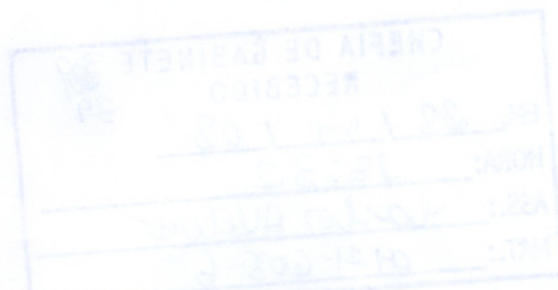
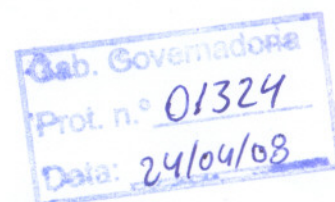
Assunto: **Encaminhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Estado referente ao período 2008-2010.**

Senhor Governador,

1. Em consonância com os termos da Cláusula Décima-Quarta, do Contrato de Confissão Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 004/99 STN/COAFI, de 29 de outubro de 1.999, encaminho a Vossa Excelência o Programa referente ao período 2008-2010.

Respeitosamente,

Arno H. Augustin Filho
ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PERÍODO 2008-2010

LEI Nº 9.496/97

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 65/99

**CONTRATO Nº 004/99 STN/COAFI, DE 29/10/99
ENTRE A UNIÃO E O DO RIO DE JANEIRO**

RIO DE JANEIRO, 8 DE *abril* DE 2008

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

APRESENTAÇÃO

1. Este documento apresenta a quarta revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Estado do Rio de Janeiro (Estado), parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 004/99–STN/COAFI (Contrato), de 29 de outubro de 1999, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 65/99. O Programa dá cumprimento ao disposto na cláusula Décima-Quarta do referido Contrato. Consoante o caráter rotativo do Programa, a presente revisão contempla metas, compromissos e ações relativos ao período de 2008 a 2010.
2. Na seção 1 é apresentado diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Estado; na seção 2 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Estado; na seção 3 são apresentados metas e compromissos estabelecidos pelo Estado em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97, modificado pelo artigo 5º da Lei nº 10.195/01 e, quando necessário, ações; na seção 4 são apresentados os objetivos específicos vinculados à inclusão de novas operações de crédito a contratar; e na seção 5 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas e compromissos.
3. Compõem ainda o presente documento:
 - Anexo I – Planilha Gerencial;
 - Anexo II – Demonstrativo da Receita e da Despesa;
 - Anexo III – Demonstrativo da Receita Líquida Real;
 - Anexo IV – Demonstrativo da Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real;
 - Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação e Montantes Totais;
 - Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
 - Avaliação da STN sobre a Situação Financeira do Estado.

1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO

4. O cenário macroeconômico quando da última revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Estado em 2006 apresentou mudanças significativas.
5. A taxa de crescimento do PIB, no ano de 2007, superou as expectativas iniciais e chegou à marca de 5,4%, dando uma inflexão positiva à trajetória verificada a partir do Plano Real, de 2,7% a.a. em média. Essa marca supera as estimativas de crescimento da economia mundial, em torno de 5,2% ("World Economic Outlook", FMI), mas fica abaixo da trajetória de crescimento dos países emergentes – em torno de 8%, puxados por Índia, China e Rússia.
6. O crescimento deste ano foi puxado pela expansão em 13,5% da formação bruta de capital fixo, bem como pelo crescimento de 5,9% do consumo das famílias, segundo dados do IBGE. Isso acontece apesar do exercício, por parte do Banco Central, de uma política monetária extremamente cautelosa, em que houve pouca margem para reduções da taxa de juros, que, mantendo-se em queda a partir de 2005, permanece em patamares bastante elevados. Assim, apesar do resultado estimulante para este ano em termos de crescimento, pode-se desde já afirmar que a manutenção dessa política restritiva não será sem custos a médio e longo prazo.
7. Quando da análise do desempenho da atividade interna no Brasil, verificou-se que os efeitos do corte de juros iniciado no final de 2005 somente se manifestaram com maior intensidade a partir de 2007, devido à defasagem relevante entre a implementação da política monetária e seus efeitos sobre o lado real da economia. O comércio varejista expandiu 9,6%, bem acima dos 4,84% e 6,16% verificados em 2005 e 2006, respectivamente. Deve-se ressaltar que parte desse resultado também é devido à influência do crescimento do crédito consignado em folha de pagamento. O setor de bens de produtos duráveis e semiduráveis foi o maior beneficiado pelo aumento da oferta deste tipo de crédito, que foi responsável pelo setor de comércio se manter com taxa positiva de crescimento.
8. A economia fluminense no ano de 2007 apresentou resultado bastante positivo. As vendas reais expandiram-se no ano em 3,4%, ficando pouco abaixo do projetado. O nível de utilização da capacidade ficou em 80,1%, acima do resultado de 78,6% observado em 2006, segundo dados da Firjan. Além disso, a instituição aponta que em termos de criação de empregos o ano de 2007 fechou com alta de 5,9% com relação ao mesmo período de 2006, um número recorde, sendo os setores mecânico, metalúrgico e de material de transporte os maiores responsáveis pelo bom desempenho desse indicador. Outro indicador positivo que deve ser ressaltado é a manutenção do ritmo da atividade industrial no final do ano, ao contrário do que costuma acontecer nesse período. Assim, são boas as perspectivas para o ano de 2008, inclusive por conta dos elevados investimentos previstos para o estado.
9. A situação fiscal herdada no início de 2007 fica bem caracterizada quando se verifica os resultados do exercício de 2006 que apresentou Atrasos/deficiências de R\$ 319 milhões, e o resultado primário foi de R\$ 1.850 milhões.

Evolução do Resulta Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (2005/2007)

	2005	2006	2007
Atrasos/deficiências	(80)	319	(457)
Superávit Primário	2.223	1.850	3.064

10. A tarefa do Estado do Rio de Janeiro em 2007, dado o cenário fiscal herdado, foi de reequilibrar sua situação fiscal através de uma gestão orçamentária e financeira bastante rígida. Para tal, foram introduzidos controles e efetuado um significativo contingenciamento orçamentário.
11. Dessa forma, chegou-se ao final de 2007, a uma significativa melhora da situação fiscal do Estado, pois, neste ano, o resultado orçamentário apresentado foi positivo, alcançando uma suficiência de R\$ 457 milhões. O superávit primário do Estado foi de R\$ 3.064 milhões, superior em 1,214 bilhões ao registrado em 2006.
12. No ano de 2007, o crescimento nominal da receita bruta do Estado foi de 5,74%. Esse resultado foi influenciado de forma positiva pelas receitas tributárias que apresentaram um crescimento nominal de 7,85%, e negativa pelas receitas de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais, em que os Royalties e Participações Especiais detêm supremacia, que em 2007, registraram uma queda de 14,45%, decorrente, principalmente, da queda de 23,03% na cotação do dólar inicialmente prevista para o ano de 2007 (câmbio médio), e também pelo fato da produção não ter apresentado melhora. Apesar de vários poços apresentarem perspectivas de iniciar sua produção, isso não ocorreu, além do fato da Petrobrás ter efetuado paradas não previstas em vários poços da Bacia de Campos. Dessa forma, a produção ficou 10,3% menor do que foi previsto pela ANP.
13. Deve-se destacar que o Estado renegociou seu contrato com a instituição bancária responsável pelo pagamento dos servidores e conseguiu uma receita adicional de R\$ 750 milhões.

Evolução da Receita do Estado do Rio de Janeiro (2005/2007)

Em R\$ milhões

	2005	2006	2007
Receita Bruta	22.584	25.615	27.246
Receita Tributária	15.687	17.223	18.574
Receita de Royalties e Participações Especiais	4.019	5.102	4.364

14. No que se refere às despesas, verifica-se um incremento nominal de 2,67%, em 2007, na comparação ao exercício de 2006, o que caracteriza que no exercício de 2007 ocorreu uma redução real de despesas financiadas com recursos do Tesouro.
15. A despesa com pessoal apresentou em 2007 um aumento nominal de 5,34% em relação a 2006, fruto de diversos planos de salários aprovados no governo anterior e parcelados em 24 vezes, bem como do aumento de 4% concedido no 2º semestre para categorias componentes das áreas de educação, saúde e segurança. Percebe-se que o Estado se preocupou em adequar as limitações orçamentárias e financeiras, contendo a demanda reprimida dos servidores por aumento em suas remunerações.
16. Já no item Outras Despesas Correntes, o Estado, em 2007, teve dispêndios maiores em 10,81% que em 2006, decorrente da reclassificação, determinada pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, da despesa referente a Previ-Banerj, retirando essa despesa do âmbito do RIOPREVIDÊNCIA e do aumento das despesas com transferências para o Fundeb (1º ano de vigência), que impactaram num incremento na Perda Líquida do Estado em 3,58% em relação a 2006. Também merece ressaltar o aumento de aplicação de recursos nas áreas de Saúde e de Ciência e Tecnologia, esta última decorrente de início de vigência de legislação que destina 2% da arrecadação tributária do Estado para esta aplicação.



17. Os investimentos apresentaram, em 2007, uma redução vis a vis o exercício de 2006 de 26,61%, fato normal quando se compara o último ano de uma gestão e o primeiro de uma nova, ainda mais quando essa apresenta compromisso de ter uma situação fiscal equilibrada.

Evolução da Despesa Não Financeira do Estado do Rio de Janeiro (2005/2007)

Em R\$ milhões

	2005	2006	2007
Despesa Não Financeira	16.273	19.274	19.392
Pessoal e Encargos	9.140	10.651	11.220
Outras Despesas Correntes	5.745	6.206	6.877
Investimentos	1.209	1.452	1.065

18. A dívida pública estadual no período de 2005 a 2007 foi bastante influenciada pela oscilação dos parâmetros inflacionários, principalmente o IGP-DI, que responde pela indexação de mais de 85% da dívida pública fluminense. Em 2007, o estoque da dívida financeira apresentou uma redução de 2,40% em termos reais.

Evolução do Estoque da Dívida do Estado do Rio de Janeiro (2005/2007)

Em R\$ milhões

	2005	2006	2007
Dívida Fundada Total	48.314,6	48.340,5	47.179,3

19. Em 2007, o Estado do Rio de Janeiro iniciou uma série de ações com o intuito de diminuir despesas e melhorar os procedimentos administrativos, destacando-se as medidas para promover o ajuste das empresas estatais dependentes, auditoria da folha de pagamento em andamento e reestruturação do RIOPREVIDÊNCIA. Também, é passível de registro medidas no sentido de modernizar a administração tributária, ressaltando-se que já foi promovida uma série de mudanças na legislação tributária, como o processo de cruzamento de informações com empresas de cartão de crédito e com a Receita Federal. Além disso, foi realizado concurso público para a carreira de Fiscal de Rendas Estadual, com a contratação de 37 novos Fiscais e iniciado um novo processo seletivo.
20. Diante dessas considerações, o Governo Estadual dará continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, com vistas a manter o equilíbrio fiscal já conquistado.

2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

21. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos pelo objetivo de assegurar um atendimento adequado das demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado dará seqüência ao Programa iniciado em 1999 por meio do cumprimento das metas ou compromissos e da implementação das ações, todos definidos na seção 3 deste documento.
22. O Programa, parte integrante do Contrato de Renegociação da Dívida do Estado com a União, pretende viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Assim, enquanto vigorar o Contrato, a intensidade do ajuste fiscal requerido terá como fundamento a estratégia escolhida pelo Governo Estadual e as ações específicas dela decorrentes serão direcionadas para a obtenção de resultados primários suficientes para, em conjunto com as demais fontes de financiamento, possibilitar a cobertura do serviço da dívida, sem acúmulo de atrasos / deficiências.

3. METAS OU COMPROMISSOS

META 1 \Rightarrow RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

TRAJETÓRIA DA RELAÇÃO DÍVIDA / RECEITA LÍQUIDA REAL		
EXERCÍCIO	INFERIOR	SUPERIOR
2008	2,37	2,38
2009	2,25	2,28
2010	2,16	2,20
2011	2,08	2,13
2012	2,00	2,06
2013	1,92	1,98
2014	1,84	1,89
2015	1,76	1,80
2016	1,67	1,71
2017	1,59	1,62
2018	1,50	1,53
2019	1,42	1,44
2020	1,33	1,35
2021	1,24	1,26
2022	1,15	1,16
2023	1,06	1,07
2024	0,96	0,97

23. A meta 1 do Programa, que resulta dos termos acertados com a União, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, é não ultrapassar, em cada ano, o limite superior da relação D/RLR da trajetória acima especificada até que a dívida financeira total do Estado (D) não seja superior à receita líquida real (RLR) anual.
24. A trajetória inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Estado, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em curso, na posição de 31 de dezembro de 2007. A trajetória superior considera a

dívida da trajetória inferior e os efeitos financeiros das operações de crédito a contratar referidas no Anexo V. A consideração de novas operações de crédito na trajetória superior do Programa **não significa anuência da STN**, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

META 2 ⇒ RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES		
2008	2009	2010
2.091	2.452	2.700

25. A meta 2 do Programa é a obtenção de resultados primários, conforme acima especificados. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, prioritariamente de custeio, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. E, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado se compromete a não gerar atrasos/deficiências em cada exercício do triênio.

META 3 ⇒ DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

26. A meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60% da receita corrente líquida (RCL), fontes tesouro, segundo os conceitos expressos no TET. Conforme contido no Anexo I, as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal serão de 50,40%, 50,19% e 50,38% em 2008, 2009 e 2010, respectivamente.
27. Na eventualidade desses percentuais serem ultrapassados, mesmo que inferiores a 60% da RCL, o Estado buscará os ajustes pertinentes nas demais despesas e nas receitas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

META 4 ⇒ RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES		
2008	2009	2010
20.660	22.502	24.945

28. A meta 4 do Programa é alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria indicados acima. Os valores estão expressos a preços correntes e consideram as projeções estaduais para as receitas discriminadas no TET.
29. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, o Estado deverá implementar uma série de ações visando o aperfeiçoamento

da legislação tributária, a melhora e a implementação de programas de fiscalização, troca de informações fiscais entre os fiscos, viabilizar a implementação da nota fiscal eletrônica, melhora dos sistemas de informática que subsidiam a fiscalização e o processo de arrecadação e outras que proporcionem condições para que o Estado consiga maximizar a arrecadação própria do Estado.

META 5 ⇒ REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

30. A meta 5 do Programa é alcançar os seguintes compromissos:

- a. Limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 36,15 % em 2008, 34,38 % em 2009 e 34,26 % em 2010, conforme o Anexo I;
- b. Iniciar estudos com vistas a criar estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
- c. Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes da Secretaria de Fazenda, conforme Resolução nº 40.613/2007 e Resolução SEFAZ nº 45/07;
- d. Manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN, junto à Caixa Econômica Federal, de acordo com os normativos vigentes;
- e. Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, relatório da execução do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas.

31. Além disso, o Estado adotará as seguintes ações:

- a. Iniciar processo de diminuição do quadro de pessoal das empresas dependentes;
- b. Iniciar desenvolvimento de instrumentos para controle do patrimônio imobiliário do Estado;
- c. Iniciar estudos para revisão de macroprocessos administrativos.

META 6 ⇒ DESPESAS DE INVESTIMENTOS

DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL EM %		
2008	2009	2010
12,22	14,56	14,47

32. A meta 6 do Programa consiste em limitar as despesas de investimentos aos percentuais da RLR indicados acima.
33. Em caso de uma eventual frustração das fontes de financiamento, o Estado buscará os ajustes pertinentes em suas despesas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

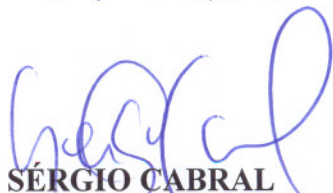
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS VINCULADOS À INCLUSÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR

34. Esta revisão do Programa contempla a inclusão de novas operações de crédito. Para esse fim, o Programa contempla objetivos específicos que constituem requisitos para a contratação e concessão de garantia da União e que se encontram descritos na seção V do TET, *Descrição das Condições de Inclusão de Operações de Crédito a Contratar Acrescidas ao Limite do Anexo V na Revisão do Programa*.

5. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS

35. Durante a vigência do Contrato, o Programa será elaborado para o período de três anos e terá caráter rotativo, devendo o Estado manter interlocução com a STN por meio de, entre outros:
 - a. missões técnicas da STN;
 - b. remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET.
36. A avaliação do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente. Até o dia 31 de maio de cada ano o Estado encaminhará à STN relatório da execução do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como das ações executadas.
37. No segundo exercício do Programa em vigor, o Estado poderá manifestar interesse em não revisá-lo. Caso contrário, deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2009-2011, devendo-se iniciar as negociações pertinentes entre as partes. Se até 31 de outubro não for concluída a revisão do Programa, entende-se que há plena concordância das partes com a manutenção do Programa vigente.
38. No último exercício do Programa em vigor, o Estado deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2010-2012. O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e ajuste fiscal do Estado. O Estado entende que a não revisão do Programa equivale ao descumprimento de seis metas, implicando o apenamento segundo os termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
39. O Estado entende que o não cumprimento das metas e compromissos o sujeitará às sanções previstas na Cláusula Vigésima-Quinta incluída no Contrato pela Cláusula Segunda do Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato, firmado sob a égide da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
40. O Estado autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
41. Esse é o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal que o Governador do Estado do Rio de Janeiro subscreve em cumprimento ao parágrafo terceiro do artigo primeiro da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. O comprometimento com as metas e compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

Rio de Janeiro - RJ, 8 de abril de 2008.



SÉRGIO CABRAL
Governador do Estado do Rio de Janeiro



PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO I - PLANILHA GERENCIAL

ESTADO: RIO DE JANEIRO

2005 A 2007: REALIZADO

2008 A 2010: PROJETADO

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MILHÕES						% RECEITA LÍQUIDA REAL					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2005	2006	2007	2008	2009	2010
I - RECEITA BRUTA	22.584	25.615	27.246	30.040	32.775	35.565	145,50	142,93	143,89	146,78	146,54	147,69
Receitas de Transferências	6.295	7.568	7.284	9.380	10.272	10.620	40,56	42,23	38,47	45,83	45,93	44,10
FPE	458	506	587	665	715	790	2,95	2,83	3,10	3,25	3,20	3,28
Outras	5.837	7.062	6.698	8.715	9.557	9.831	37,61	39,40	35,37	42,58	42,73	40,82
Receitas de Arrecadação Própria	16.289	18.047	19.961	20.660	22.502	24.945	104,94	100,70	105,42	100,95	100,61	103,58
ICMS	14.648	16.068	17.214	18.419	20.076	22.352	94,37	89,65	90,91	90,00	89,76	92,82
Outras	1.641	1.979	2.748	2.241	2.426	2.593	10,57	11,04	14,51	10,95	10,85	10,77
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	4.088	4.491	4.789	5.165	5.653	6.259	26,34	25,06	25,29	25,24	25,27	25,99
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	18.496	21.124	22.457	24.875	27.122	29.306	119,16	117,87	118,60	121,55	121,26	121,70
IV- DESPESA NÃO FINANCEIRA	16.273	19.274	19.392	22.784	24.670	26.606	104,84	107,55	102,41	111,33	110,30	110,48
Pessoal	9.140	10.651	11.220	12.210	13.267	14.394	58,88	59,43	59,25	59,66	59,32	59,77
Executivo (Adm Direta)	3.631	3.884	4.299	4.414	5.014	5.263	23,39	21,67	22,70	21,57	22,42	21,86
Executivo (Adm Indireta)	842	900	997	1.067	1.135	1.277	5,43	5,02	5,27	5,21	5,08	5,30
Demais Poderes	1.914	2.111	2.241	2.455	2.611	2.941	12,33	11,78	11,83	12,00	11,67	12,21
Inativos e Pensionistas	2.570	3.490	2.146	2.773	2.912	3.115	16,56	19,47	11,33	13,55	13,02	12,94
Outras	182	266	1.537	1.500	1.596	1.797	1,17	1,49	8,12	7,33	7,13	7,46
OCC	7.133	8.624	8.172	10.574	11.403	12.212	45,96	48,12	43,16	51,67	50,98	50,71
Investimentos	1.209	1.452	1.065	2.500	3.256	3.484	7,79	8,10	5,63	12,22	14,56	14,47
Inversões	28	635	17	266	122	131	0,18	3,54	0,09	1,30	0,55	0,54
Outras Despesas Correntes	5.745	6.206	6.877	7.398	7.690	8.249	37,01	34,63	36,32	36,15	34,38	34,26
Sentenças Judiciais	152	331	213	410	335	349	0,98	1,85	1,12	2,00	1,50	1,45
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	2.223	1.850	3.064	2.091	2.452	2.700	14,32	10,32	16,18	10,22	10,96	11,21
VI- Juros da dívida (líquido devido)	1.721	1.807	1.947	2.030	2.202	2.469	11,09	10,08	10,28	9,92	9,85	10,25
Intralimite	1.549	1.727	1.944	2.092	2.261	2.532	9,98	9,64	10,27	10,22	10,11	10,52
Extralimite (deduzidas de Rec Financeiras)	172	80	3	(61)	(58)	(63)	1,11	0,45	0,02	(0,30)	(0,26)	(0,26)
VII- Necessidade de Financiamento Líquida (-V + VI)	(502)	(43)	(1.118)	(61)	(249)	(232)	(3,24)	(0,24)	(5,90)	(0,30)	(1,12)	(0,96)
VIII- Amortizações de Dívida	700	714	825	865	943	808	4,51	3,99	4,35	4,23	4,22	3,35
Intralimite	332	356	457	427	471	442	2,14	1,98	2,41	2,09	2,10	1,83
Extralimite	368	359	368	437	473	366	2,37	2,00	1,94	2,14	2,11	1,52
Conta gráfica	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financ Saneamento Bancos Estaduais	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Amortizações	368	359	368	437	473	366	2,37	2,00	1,94	2,14	2,11	1,52
IX- Capitalização de Fundos Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
X- Nec Financ Bruta (VII + VIII + IX)	198	672	(293)	804	694	576	1,27	3,75	(1,55)	3,93	3,10	2,39
XI- Fontes de Financiamento	277	353	164	1.326	694	576	1,79	1,97	0,86	6,48	3,10	2,39
Alienação de Ativos	(2)	0	0	1.000	208	222	(0,02)	0,00	0,00	4,89	0,93	0,92
Operações de Crédito	280	353	164	326	486	354	1,80	1,97	0,86	1,60	2,17	1,47
Internas	73	92	94	189	240	123	0,47	0,51	0,50	0,92	1,07	0,51
d/q Financ Saneam Bcos Estaduais	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Externas	206	261	69	138	247	231	1,33	1,46	0,37	0,67	1,10	0,96
XII - Atrasos/Deficiência (X - XI)	(80)	319	(457)	(523)	0	0	(0,51)	1,78	(2,41)	(2,55)	0,00	0,00
Serviço da Dívida Total (Bruto)	2.507	2.659	2.967	3.115	3.386	3.534	16,15	14,84	15,67	15,22	15,14	14,67
Receitas Financeiras	86	137	195	220	240	257	0,55	0,77	1,03	1,08	1,07	1,07
Serviço da Dívida Total (Líquido de Rec Financeiras)	2.421	2.521	2.772	2.895	3.146	3.277	15,60	14,07	14,64	14,15	14,07	13,61
Serviço da Dívida Intralimite	1.880	2.083	2.401	2.519	2.731	2.974	12,11	11,62	12,68	12,31	12,21	12,35
Serviço da Dívida Extralimite	541	439	371	376	415	302	3,48	2,45	1,96	1,84	1,85	1,26
Receita Líquida Real-RLR	15.522	17.922	18.935	20.465	22.366	24.082						
Receita Corrente Líquida (Fonte Tesouro)	18.488	21.053	22.506	24.227	26.434	28.570						
Despesa com Pessoal / RCL (Fonte Tesouro) %	49,44	50,59	49,85	50,40	50,19	50,38						
Despesa com Transf a Municípios / ICMS %	27,91	27,95	27,82	28,04	28,16	28,00						
Inversões e Sentenças Judiciais / RLR %	1,16	5,39	1,21	3,30	2,04	1,99						
Resultado Primário/PIB %	0,11	0,09	0,13	0,08	0,09	0,09						
Serviço da Dívida Total (Bruto)/PIB %	0,13	0,12	0,13	0,12	0,12	0,12						
Serviço da Dívida Total - Operações de Crédito/PIB %	0,11	0,11	0,12	0,11	0,11	0,11						
Serviço da Div. Total - Op. Crédito + Alienação /PIB %	0,07	0,08	0,09	0,06	0,09	0,10						

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ESTADO: RIO DE JANEIRO

2005 A 2007: REALIZADO

2008 A 2010: PROJETADO

R\$ MILHÕES

DETALHAMENTO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1 RECEITA	22.949,6	26.104,9	27.604,5	31.586,5	33.708,8	36.398,1
2 RECEITA CORRENTE	22.575,6	25.543,4	27.294,6	29.391,5	32.086,5	34.828,7
3 RECEITA TRIBUTÁRIA	15.687,1	17.222,8	18.574,3	20.036,0	21.835,6	24.231,4
4 IMPOSTOS	15.667,7	17.203,3	18.522,7	19.984,3	21.782,9	24.177,7
5 IPVA	899,5	984,6	1.099,4	1.272,4	1.386,9	1.484,0
6 ICMS	14.648,2	16.067,5	17.213,7	18.418,6	20.076,3	22.351,7
7 ITCD	119,9	151,2	209,7	293,3	319,7	342,1
8 IPTU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9 ISS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10 Outros Impostos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11 TAXAS	19,4	19,5	51,6	51,6	52,7	53,7
12 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	120,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15 Contribuição dos Segurados e Compensação do INSS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16 Outras Contribuições Sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	120,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18 RECEITA PATRIMONIAL	98,2	140,3	200,3	225,1	245,4	262,5
19 Receitas Financeiras	85,8	137,2	195,2	220,4	240,3	257,1
20 Outras Receitas Patrimoniais	12,5	3,1	5,2	4,7	5,1	5,4
21 OUTRAS RECEITAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.277,6	7.563,4	7.195,2	8.557,7	9.392,8	9.679,0
23 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.145,0	7.484,2	7.008,7	8.395,0	9.218,8	9.492,9
24 Transferências da União	6.145,0	7.484,2	7.008,7	8.395,0	9.218,8	9.492,9
25 Participação na Receita da União	1.781,5	2.032,0	2.260,7	2.474,8	2.674,3	2.895,2
26 Cota Parte do FPE	457,7	506,5	586,8	665,2	715,3	789,7
27 IRRF	979,7	1.120,0	1.156,8	1.186,4	1.269,5	1.358,3
28 Cota Parte do ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29 Cota Parte do IPI	252,2	314,4	421,8	525,5	590,8	647,5
30 Cota Parte da Intervenção no Domínio Econômico	91,9	91,0	95,2	97,7	98,6	99,6
31 Cota Parte sobre Operações de Crédito	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
32 Outras Transferências da União	4.363,5	5.452,3	4.748,0	5.920,2	6.544,5	6.597,7
33 Transferência Financeira LC 87/96	149,6	85,8	85,8	85,8	85,8	85,8
34 Compensação Financ pela Exploração de Recursos Naturais	4.020,2	5.108,9	4.370,7	5.493,4	6.097,4	6.128,8
35 d/q Cota Parte Royalties e FEP	4.019,3	5.102,4	4.363,9	5.485,9	6.089,4	6.119,8
36 Transferências do FNDE	162,5	191,4	240,9	290,3	310,6	332,4
37 Transferências do FNAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
38 Complementação da União ao FUNDEF/FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
39 Ganho líquido do FUNDEF/FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
40 Transferências de Recursos do SUS – Fundo a Fundo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
41 Transferência Constitucional ao DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
42 Outras	31,2	66,2	50,7	50,7	50,7	50,7
43 Outras Transferências Intergovernamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
44 TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS	132,6	78,2	186,0	32,9	35,2	37,7
45 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,0	1,0	0,6	129,7	138,8	148,5
46 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	392,7	616,9	1.324,7	572,8	612,8	655,7
47 MULTAS E JUROS DE MORA	157,7	293,8	256,4	264,9	283,5	303,3
48 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	31,9	28,6	30,9	2,4	2,6	2,8
49 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	82,9	107,0	74,7	79,4	84,9	90,9
50 RECEITAS DIVERSAS	120,3	187,5	962,7	226,0	241,8	258,8
51 RECEITA DE CAPITAL	374,1	561,5	309,9	2.194,9	1.622,2	1.569,4
52 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	279,7	352,7	163,7	326,5	486,3	354,0
53 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	73,3	91,5	94,2	188,8	239,5	123,3
54 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA	206,4	261,2	69,5	137,7	246,8	230,7
55 ALIENAÇÃO DE BENS	0,0	0,0	0,0	1.000,0	207,6	222,1
56 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,0	69,0	57,1	44,3	46,5	49,8
57 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17,4	5,0	89,1	822,1	879,7	941,2
58 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
59 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17,3	4,5	89,0	822,0	879,5	941,1
60 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,1	0,5	0,1	0,1	0,1	0,1
61 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	76,9	134,9	0,0	2,0	2,2	2,3

gu

2 *A*

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ESTADO: RIO DE JANEIRO
2005 A 2007: REALIZADO
2008 A 2010: PROJETADO
R\$ MILHÕES

DETALHAMENTO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
62 DESPESA	22.870,1	26.423,9	27.147,9	31.063,9	33.708,9	36.398,1
63 DESPESA CORRENTE	20.924,1	23.612,1	25.233,8	27.421,7	29.375,7	31.963,3
64 PESSOAL E ENCARGOS	9.286,9	10.795,3	11.390,0	12.418,0	13.390,9	14.516,6
65 Transferências	0,0	0,0	91,7	0,0	0,0	0,0
66 Aplicações Diretas	9.286,9	10.795,3	11.298,3	12.418,0	13.390,9	14.516,6
67 Vencimentos e Vantagens Fixas	6.387,5	6.894,7	7.536,8	7.936,5	8.760,0	9.481,2
68 Poder Executivo	3.631,1	3.883,6	4.299,0	4.414,5	5.013,7	5.263,3
69 Demais Poderes	1.914,2	2.111,4	2.240,7	2.455,1	2.611,0	2.941,2
70 Adm. Indireta	842,1	899,8	997,0	1.066,9	1.135,2	1.276,7
71 Aposentadorias e Reformas	2.079,0	2.867,0	1.436,3	2.147,2	2.254,6	2.412,4
72 Pensões	490,8	622,6	709,9	625,7	657,0	703,0
73 Obrigações Patronais	170,6	175,2	1.431,5	0,0	0,0	0,0
74 Sentenças Judiciais	119,0	109,2	58,3	195,8	110,2	108,3
75 Despesas de Exercícios Anteriores	28,1	35,3	70,8	12,5	13,4	14,6
76 Indenizações Restituições Trabalhistas	0,1	0,0	40,8	0,1	0,1	0,1
77 Outras	11,7	91,3	13,8	1.500,3	1.595,6	1.797,0
78 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.806,7	1.944,3	2.142,0	2.250,6	2.442,7	2.726,0
79 d/q Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
80 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.830,5	10.872,5	11.701,8	12.753,1	13.542,1	14.720,7
81 Transferências à União	1.951,5	1.889,9	1.756,2	1.694,3	1.589,7	1.502,5
82 Transferências a Municípios	4.094,1	4.490,7	4.823,6	5.231,8	5.723,1	6.333,5
83 Distribuição de Receitas (Constitucional)	4.087,8	4.490,7	4.788,9	5.165,0	5.653,0	6.258,5
84 Outras	6,2	0,0	34,7	66,8	70,1	75,0
85 Perda Líquida FUNDEF/FUNDEB	963,6	1.088,1	1.127,0	1.220,0	1.320,0	1.469,4
86 Outras Transferências	121,9	5,5	527,9	549,3	576,8	617,2
87 Aplicações Diretas	2.699,5	3.398,3	3.467,1	4.057,7	4.332,5	4.798,2
88 Material de Consumo	422,3	495,5	508,6	718,1	800,2	861,0
89 Outros Serviços de Terceiros	1.849,1	2.025,2	2.212,1	2.388,0	2.548,0	2.892,1
90 Locação de Mão-de-Obra	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
91 Sentenças Judiciais	26,1	211,2	147,5	202,8	212,9	227,8
92 Despesas de Exercícios Anteriores	63,3	166,3	29,5	31,6	33,0	34,4
93 Outras	338,7	500,1	569,4	717,2	738,3	782,8
94 DESPESAS DE CAPITAL	1.946,0	2.811,8	1.914,2	3.642,1	4.333,2	4.434,8
95 INVESTIMENTOS	1.215,6	1.462,3	1.072,5	2.511,0	3.267,5	3.496,3
96 Transf. à União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
97 Transf. a Estados e DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
98 Transf. a Municípios	35,2	59,5	37,9	25,3	26,6	28,4
99 Contribuições (Constitucionais)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
100 Outras	35,2	59,5	37,9	25,3	26,6	28,4
101 Outras transferências	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
102 Aplicações Diretas	1.180,4	1.402,8	1.034,6	2.485,7	3.240,9	3.467,9
103 Obras e Instalações	723,5	876,9	628,2	1.964,8	2.594,0	2.775,7
104 Equipamentos e Material Permanente	116,8	176,0	362,5	266,9	380,2	406,8
105 Sentenças Judiciais	6,7	10,7	7,2	11,1	11,6	12,4
106 Outras	333,4	339,2	36,7	242,9	255,1	272,9
107 INVERSÕES	30,3	635,0	17,0	266,5	122,3	130,9
108 Transferências	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
109 Aplicações Diretas	28,8	635,0	17,0	266,5	122,3	130,8
110 Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
111 Aquisição de Imóveis	14,9	2,4	14,0	257,8	113,2	121,1
112 Aquisição de Títulos de Crédito	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
113 Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
114 Concessão de Empréstimos e Financiamentos	11,5	0,0	3,0	8,6	9,1	9,7
115 Outras	0,0	632,7	(0,0)	0,0	0,0	0,0
116 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	700,1	714,5	824,6	864,7	943,4	807,7
117 d/q Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
118 RLR	15.522,0	17.921,6	18.935,4	20.465,1	22.366,0	24.081,5
119 Desp_SAN_SIST_FIN_BANCOS_excluída_da_Desp_Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
120 SAN_DO_SIST_FINANC_BANCOS_Operação_de_Crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
121 CAPITALIZAÇÃO DO FAP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
122 FAP_EXTRAORÇAMENTÁRIO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
123 PESSOAL_Adm. Indireta	842,1	899,8	997,0	1.066,9	1.135,2	1.276,7
124 PESSOAL_Poderes	1.914,2	2.111,4	2.240,7	2.455,1	2.611,0	2.941,2
125 PESSOAL_Legislativo	470,5	514,2	568,5	2.455,1	2.611,0	2.941,2
126 PESSOAL_Judiciário	1.443,7	1.597,2	1.672,3	0,0	0,0	0,0
127 Déficit Previdenciário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
128 Transferência Constitucional aos Municípios	4.087,8	4.490,7	4.788,9	5.165,0	5.653,0	6.258,5
129 Transf Volunt p/ atender Desp Capital (ñ lançadas em Convênios) (RLR)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
130 Fundo de Combate a Pobreza - ICMS	1.419,2	1.562,9	1.723,0	1.761,1	1.883,8	2.056,4
131 Fundo de Combate a Pobreza - Doações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
132 Fundo de Combate a Pobreza - Outras	7,6	4,8	9,0	9,8	10,2	10,6
133 Recurso da Gestão Plena de Saúde (a ser excluído da RLR)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
134 Recurso Receitas acessórias p/ o FUNDEF/FUNDEB (excluir da RLR)	18,4	35,4	23,0	24,7	25,9	26,9

Handwritten signatures and initials.

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA REAL (LEI Nº 9496/97)

ESTADO: RIO DE JANEIRO

2005 A 2007: REALIZADO

2008 A 2010: PROJETADO

R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
RECEITA REALIZADA	22.950	26.105	27.605	31.586	33.709	36.398
(-) RECEITA DE FUNDEF	1.786	1.967	2.108	2.269	2.471	2.746
RECEITA REALIZADA LÍQUIDA	21.164	24.138	25.497	29.318	31.238	33.652
(-) RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	280	353	164	326	486	354
(-) RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	0	0	0	1.000	208	222
(-) RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS OU DE DOAÇÕES COM O FIM ESPECÍFICO DE ATENDER DESPESAS DE CAPITAL	17	5	89	822	880	941
(-) DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS POR PARTICIPAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	4.088	4.491	4.789	5.165	5.653	6.259
(-) GESTÃO PLENA DE SAÚDE	0	0	0	0	0	0
(+) LIMINAR FUNDO DE COMBATE A POBREZA	(1.427)	(1.568)	(1.732)	(1.771)	(1.894)	(2.067)
(+) 15% FUNDO DE COMBATE A POBREZA	160	176	194	199	213	233
(+) AJUSTE ACESSÓRIAS	10	24	19	33	36	39
(+) OUTROS	0	0	0	0	0	0
RECEITA LÍQUIDA REAL (PREÇOS CORRENTES)	15.522	17.922	18.935	20.465	22.366	24.082
RECEITA LÍQUIDA REAL (PREÇOS DE DEZEMBRO DE 2007*)			19.860	19.909	20.826	21.540

PARA CADA EXERCÍCIO, A RECEITA LÍQUIDA REAL REFERE-SE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO

*DEFLACIONAMENTO PELO IGP-DI

3/4/08 17:34

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DA RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

RIO DE JANEIRO

2007 : REALIZADO

2008 A 2010: PROJEÇÕES

R\$ 1,00 DE DEZEMBRO DE 2007

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010
1 DÍVIDA FUNDADA TOTAL (1.1 + 1.2)	47.179.370.686	47.325.541.731	47.455.471.266	47.445.568.674
1.1 ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA (1.1.1 + 1.1.2)	47.130.345.234	47.259.192.050	47.396.907.861	47.394.573.016
1.1.1 CONTRATUAL	47.127.511.821	47.256.358.638	47.394.074.448	47.391.739.604
Interna	45.639.656.237	45.780.373.599	45.883.650.715	45.846.613.682
DÍVIDAS COM A UNIÃO	45.639.656.237	45.780.373.599	45.883.650.715	45.846.613.682
BIB	10.199.486.671	9.940.372.089	9.665.275.888	9.373.212.354
Clube de Paris	0	0	0	0
DMLP	56.754.906	51.999.599	47.765.477	44.052.541
Lei nº 7976/89	134.326.254	67.163.127	0	0
Parcelamento FGTS até 31.03.1996	0	0	0	0
Parcelamento FGTS após 31.03.1996	0	0	0	0
Parcelamento INSS até 01.12.1992	0	0	0	0
Parcelamento INSS após 01.12.1992	111.619.219	104.008.817	96.398.416	88.788.015
Lei nº 8727/93	967.934.569	864.327.828	772.560.943	673.205.242
Lei nº 9496/97	32.672.878.616	33.291.052.630	33.846.607.194	34.242.509.956
Principal	32.672.878.616	33.291.052.630	33.846.607.194	34.242.509.956
PROES Extralimite	0	0	0	0
Conta Gráfica Estoque	0	0	0	0
PROES Intralimite	0	0	0	0
Precatórios	0	0	0	0
CEF	31.847.137	50.408.367	106.062.972	156.739.573
Parcelamento PIS/PASEP	321.934.271	306.784.423	291.634.575	276.484.727
Banco do Brasil	0	0	0	0
BNDES	957.208.284	1.011.423.562	1.057.345.250	991.621.273
Outros Bancos Federais	0	0	0	0
Demais dívidas com a União	185.666.311	92.833.155	0	0
OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0	0	0	0
com Bancos Estaduais	0	0	0	0
com Bancos Privados	0	0	0	0
Demais	0	0	0	0
Externa	1.487.855.585	1.475.985.039	1.510.423.733	1.545.125.922
Sem Aval do Tesouro Nacional	0	0	0	0
Com Aval do Tesouro Nacional até 30.09.1991	0	0	0	0
Com Aval do Tesouro Nacional após 30.09.1991	1.487.855.585	1.475.985.039	1.510.423.733	1.545.125.922
1.1.2 MOBILIÁRIA	2.833.412	2.833.412	2.833.412	2.833.412
1.2 ADM INDIRETA - CUSTEADA (FONTE TESOURO)	49.025.452	66.349.680	58.563.406	50.995.658
2 SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR (destaque)	0	181.301.552	531.334.134	847.938.200
Internas	0	47.330.227	167.587.162	277.866.094
Externas	0	133.971.325	363.746.972	570.072.106
3 DÍVIDA FINANCEIRA				
Exclusive Operações de Crédito A Contratar(1- 2)	47.179.370.686	47.144.240.179	46.924.137.132	46.597.630.474
Inclusive Operações de Crédito A Contratar(1)	47.179.370.686	47.325.541.731	47.455.471.266	47.445.568.674
4 RECEITA LÍQUIDA REAL CORRIGIDA	19.860.201.109	19.908.821.573	20.825.981.159	21.539.718.828
5 RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR CORRIGIDA				
Exclusive Operações de Crédito A Contratar	2,38	2,37	2,25	2,16
Inclusive Operações de Crédito A Contratar	2,38	2,38	2,28	2,20

31/12/2008 16:06

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DISCRIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Estado: RJ
Em R\$ Mil de 31/12/2007

Classificação	Contrato	Entidade Financeira	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
1.1.1	PROG. ESTAD. DE TRANSPORTE - ADICIONAL	BIRD	53.139	24.798					77.937
1.1.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	BID		10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	50.000
1.1.2	INFRAESTRUTURA I - PORTO DO RIO	BID	9.088	13.469	17.963	16.669	19.272	23.539	100.000
1.1.2	INFRAESTRUTURA II - TRANSPORTES	BIRD	34.078	50.509	67.362	62.510	72.270	88.271	375.000
1.1.2	PRODETUR	BID		60.000	40.000	40.000	30.000	30.000	200.000
1.1.2	PROFAZ (PROFISCO)	BID	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000		35.000
1.1.2	RIORURAL	BIRD	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000		70.000
1.1.2	SANEAMENTO -PAC	BID	8.333	25.000	25.000	25.000	16.667		100.000
1.1.2	VIA LIGHT	BID	8.333	25.000	25.000	25.000	16.667		100.000
1.2.2	HABITAÇÃO	CAIXA		5.000	7.500	7.500			20.000
1.2.2	PMAE	BNDES	10.000	5.000					15.000
1.2.2	PMAE II - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E REFORMA DO ESTADO	BNDES		10.000	10.000	15.000	15.000		50.000
1.2.2	SANEAMENTO - PAC	CAIXA	21.914	54.007	46.529	41.071	28.291	8.189	200.000
1.2.2	SANEAMENTO (PAC)	BNDES	15.417	46.250	46.250	46.250	30.833		185.000
1.2.3	BNDES - EXPANSÃO DO METRÔ CONTRATO 12.1.154	BNDES	3.577						3.577
1.2.3	BNDES - EXPANSÃO DO METRÔ CONTRATO 12.1.164D	BNDES	5.111						5.111
1.2.3	BNDES - EXPANSÃO DO METRÔ CONTRATO 12.1.165A	BNDES	3.293						3.293
1.2.3	BNDES - EXPANSÃO DO METRÔ CONTRATO 12.1.165B	BNDES	4.337						4.337
1.2.3	BNDES - METRÔ - GENERAL OSÓRIO	BNDES	120.000	102.782					222.782
	Total		317.619	452.814	316.604	310.000	260.000	159.999	1.817.036

Classificação (3 dígitos) T O S

T - Titularidade

- 1 - Tesouro Estadual
- 2 - Outras Entidades do Estado, Sendo o serviço da dívida suportado pelo Tesouro Estadual
- 3 - Outras Entidades do Estado, Sendo o serviço da dívida suportado pelas mesmas

O - Origem do Crédito


- 1 - Externo
- 2 - Interno

S - Situação

- 1 - A Contratar, enquadrada na excepcionalidade prevista no § 8º do art 7º da resolução SF nº 43/01
- 2 - A Contratar, não enquadrada na excepcionalidade prevista no § 8º do art 7º da resolução SF nº 43/01
- 3 - Em execução

03/04/2008 16:13

TERMO DE ENTENDIMENTO TÉCNICO ENTRE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

O Estado do Rio de Janeiro (Estado) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda acordam os critérios, as definições e as metodologias de apuração, projeção e avaliação apresentadas a seguir, os quais serão aplicados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Estado para o período 2008-2010. 

Brasília, 8 de abril de 2008


SÉRGIO CABRAL

Governador do Estado do Rio de Janeiro


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO

Secretário do Tesouro Nacional



I – CRITÉRIOS GERAIS

ABRANGÊNCIA DAS RECEITAS E DESPESAS CONSIDERADAS NO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL

O Programa considera a execução orçamentária relativa às administrações direta e indireta das fontes de recursos do Tesouro do Estado (fontes tesouro) a saber:

Fonte de Recursos	Especificação
00	Ordinários Provenientes de Impostos
01	Ordinários Não provenientes de Impostos
04	Indenização pela Extração de Petróleo
05	Salário Educação
06	Fundo de Participação dos Estados – FPE
11	Operações de Crédito Através do Tesouro
12	Convênios – Administração Direta
15	FUNDEB – Fundo de Manut. e Des. Ed. Básica e Valor. dos Profiss. Educação
22	Fundo Estadual de Combate a Pobreza - FECF
26	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
96	Multa pela Infração do Código de Defesa do Consumidor
97	Conservação Ambiental
99	Outras Receitas da Administração Direta

REGIMES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS RECEITAS E DESPESAS

As receitas serão consideradas segundo o regime de caixa e as despesas segundo o regime de competência.

ÍNDICE DE PREÇOS

Para todos os efeitos, o índice de preços utilizado no Programa é o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) apurado pela Fundação Getúlio Vargas. Ao se tratar de fluxos de receitas e despesas, serão utilizados índices médios anuais. No caso de estoques de dívida, os índices acumulados ao final de cada exercício.

II – DEFINIÇÕES UTILIZADAS NO PROGRAMA

ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Montante da receita proveniente da conversão em espécie de bens e direitos, decorrente de sua alienação total ou parcial, inclusive por meio de privatização.

As receitas de alienação de ativos são apresentadas líquidas das despesas de inversões financeiras relativas à aquisição de títulos de crédito.

AMORTIZAÇÕES DE DÍVIDA

Despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida financeira, discriminadas entre intralimite e extralimite.

As amortizações intralimite referem-se às dívidas especificadas no artigo 6º da Lei nº 9.496/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001. As demais são consideradas extralimite.

ATRASOS / DEFICIÊNCIA

Montante da diferença entre a necessidade de financiamento bruta e as fontes de financiamento (operações de crédito e alienação de ativos). Valores positivos são indicativos de insuficiência de fontes

de financiamento, acarretando a necessidade de utilizar disponibilidades financeiras de exercícios anteriores ou de incorrer em postergação do pagamento de compromissos. Valores negativos indicam que a receita líquida e as fontes de financiamento foram mais do que suficientes para honrar as despesas financeiras e não financeiras. Uma vez que tais despesas são apuradas pelo regime de competência, não há correspondência plena com as disponibilidades de caixa geradas no exercício.

CAPITALIZAÇÃO DE FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS

Montante das despesas correspondentes ao repasse de recursos destinados à capitalização de fundo de previdência.

CONTA GRÁFICA

Montante correspondente à amortização extraordinária prevista no contrato de refinanciamento da dívida ao amparo da Lei nº 9.496/97 e seus termos aditivos.

DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

Despesas de toda a natureza devida a pessoal pelo regime de competência, inclusive contratação por tempo determinado. Não são incluídas as despesas indenizatórias (como sentenças judiciais, verbas rescisórias, indenizações e incentivos a programas de demissão voluntária), ressarcitórias (como diárias, ajuda de custo, incentivo bolsa), assistenciais (como PASEP, auxílio funeral, auxílio reclusão, auxílio doença, auxílio natalidade) e despesas de exercícios anteriores.

DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS A MUNICÍPIOS

Montante das despesas com transferências constitucionais e legais para Municípios, correspondente à repartição das receitas (principal e acessórias) de ICMS, IPVA, IPI-Exportação e CIDE.

O montante das demais despesas com transferências a Municípios compõe as outras despesas correntes e de capital (OCC).

Para os Estados que possuem fundo de combate à pobreza, não há repartição tributária sobre as receitas previstas no §1º do art. 82 do ADCT, da Constituição Federal.

DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS

Montante das despesas orçamentárias empenhadas (equivalentes ao somatório das despesas liquidadas e restos a pagar não processados), excluídas as despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios, os encargos e amortização de dívidas, aquisição de títulos de crédito, capitalização de fundos previdenciários e despesas para financiar o saneamento de bancos estaduais.

DÍVIDA FINANCEIRA

Saldo das dívidas assumidas por meio de contrato ou de emissão de títulos, exigíveis no curto ou no longo prazo, na posição de 31 de dezembro, em que o mutuário é o Estado. São considerados também os saldos das dívidas da administração indireta honradas pelo Tesouro do Estado, independentemente de terem sido assumidas formalmente.

Difere do conceito da Lei Complementar nº 101/00 quanto à abrangência.

Para os fins do Programa não estão incluídas na dívida financeira as operações realizadas por antecipação de receitas orçamentárias – ARO, liquidadas dentro do mesmo exercício em que sejam contratadas.

FINANCIAMENTO PARA SANEAMENTO DE BANCOS ESTADUAIS

Montante correspondente à receita decorrente de operação de crédito para saneamento do sistema financeiro estadual e da subsequente despesa com o repasse de recursos às entidades financeiras beneficiadas.

INVERSÕES

Montante das despesas, excluídas as de sentenças judiciais, correspondentes a: (a) aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; (b) aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou

entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e (c) constituição ou aumento de capital de empresas.

INVESTIMENTOS

Montante das despesas, excluídas as de sentenças judiciais, correspondentes: (a) ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis e outros bens considerados necessários à sua realização; (b) à aquisição de instalações, equipamentos e materiais permanentes, que resultem em valorização de um bem público, tais como as despesas de reconstrução e reinvestimento; e (c) que se destinem a programas de fomento econômico, que permitam a geração de renda e que sejam empregados para obter nova produção.

JUROS

Montante correspondente à despesa com o pagamento de juros, comissões e outros encargos relativos à dívida financeira, discriminado entre intralimite e extralimite.

Os juros intralimite correspondem aos juros das dívidas especificadas no artigo 6º da Lei nº 9.496/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001. As demais despesas com juros são consideradas extralimite.

Os juros extralimite são apresentados líquidos das receitas financeiras.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO BRUTA

Montante correspondente ao somatório dos valores da necessidade de financiamento líquida, da despesa com amortizações de dívida e da despesa com capitalização de fundos previdenciários. Valores positivos indicam necessidade adicional de recursos para manter a adimplência com esses compromissos. Valores negativos mostram que foram gerados recursos mais do que suficientes para as referidas obrigações.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDA

Montante necessário para o pagamento dos juros, após a dedução do valor apurado de resultado primário. Valores positivos indicam necessidade adicional de recursos para manter a adimplência com esses compromissos. Valores negativos mostram que foram gerados recursos suficientes tanto para o pagamento dos encargos como para o pagamento, pelo menos parcial, das amortizações.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Compromissos do Tesouro Estadual com credores situados no país ou no exterior decorrentes de financiamentos, empréstimos ou colocação de títulos.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES (ODC)

Despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa. Não são incluídas as despesas de investimentos, inversões, sentenças judiciais e despesas com pessoal.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (OCC)

Montante equivalente à diferença entre as despesas não financeiras e as despesas com pessoal.

As outras despesas correntes e de capital (OCC) são subdivididas em investimentos, inversões, sentenças judiciais e outras despesas correntes.

Inclui o montante das despesas com transferências a Municípios não consideradas como constitucionais e legais.

RECEITA BRUTA

Montante da receita orçamentária, excluídos os valores correspondentes a receitas financeiras, operações de crédito e alienação de ativos.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Montante decorrente da diferença entre os valores das receitas correntes e da despesa com transferências constitucionais e legais a Municípios.

Difere do conceito da Lei Complementar nº 101/00 quanto à abrangência e quanto à metodologia de cálculo.

RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA

Montante da receita correspondente ao somatório das receitas tributárias (considerando o valor integral do imposto sobre o qual incide a dedução para o FUNDEB), de contribuições, patrimoniais (exceto as financeiras), agropecuárias, industriais, de serviços (exceto as financeiras) e demais receitas correntes e de capital arrecadadas diretamente pelo Estado (exceto as de transferências recebidas, as operações de crédito e as alienações de bens).

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

Montante das receitas de transferências correntes e de capital, estando incluídos:

Cota-Parte do FPE (inclusive os recursos que compõem o FUNDEB);

Cota-Parte do IPI-Exportação (inclusive os recursos que compõem o FUNDEB);

Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;

Cota-Parte do IOF-Ouro;

Recursos de que trata a Lei Complementar nº 87/96 (inclusive os recursos que compõem o FUNDEB);

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais (*royalties* e outros);

Recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) – repasses fundo a fundo;

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

Transferências dos Estados e Municípios;

Transferências Multigovernamentais, entre as quais o ganho líquido do FUNDEB;

Transferências de instituições privadas, do exterior e de pessoas;

Transferências por meio de convênios;

Outras transferências, entre as quais o auxílio financeiro para o fomento das exportações;

Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Estado; e


No caso do Distrito Federal, a Cota-Parte do FPM e a Cota-Parte do ITR (inclusive os recursos que compõem o FUNDEB).

RECEITAS FINANCEIRAS

Correspondem às receitas de juros de títulos de renda, remuneração de depósitos bancários, remuneração de depósitos especiais, remuneração de saldos de recursos não desembolsados, outras receitas de valores mobiliários e receitas de serviços financeiros.

RECEITA LÍQUIDA

Receita resultante da diferença entre os montantes de receita bruta e de despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios.



RECEITA LÍQUIDA REAL

Receita definida na Lei nº 9.496/97, no contrato de refinanciamento de dívida junto à União, efetuado ao seu amparo, e na Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007, utilizada para calcular: (a) a relação dívida financeira / RLR (meta 1 do Programa), (b) o serviço da dívida refinanciada, na eventualidade de ser observado o limite de dispêndio previsto no contrato, (c) a relação outras despesas correntes / RLR (compromisso da meta 5 do Programa), e (d) a relação despesas de investimentos / RLR (meta 6 do Programa).

A RLR corresponde ao montante da receita realizada (soma das receitas orçamentárias fontes tesouro) deduzidos:

As receitas de operações de crédito;

As receitas de alienação de bens;

As receitas de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital;

Os recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, com redação dada pela Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007; e

As despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

São classificadas como receita orçamentária todas as receitas arrecadadas pertencentes ao ente público, ainda que não previstas no Orçamento, inclusive as provenientes de operações de crédito. Não fazem parte da receita orçamentária as operações de crédito por antecipação da receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, conforme art. 57 da Lei nº 4.320/64.

Os fundos estaduais e as operações de encontro de contas compõem a execução orçamentária da receita estadual.

RESULTADO PRIMÁRIO

Montante correspondente à diferença entre a receita líquida e as despesas não financeiras.

SENTENÇAS JUDICIAIS

Montante das despesas com o pagamento de precatórios e cumprimento de decisões judiciais em consonância ao disposto no art. 100 e seus parágrafos da Constituição Federal e no art. 78 do ADCT, e aquelas decorrentes do cumprimento de decisões judiciais proferidas em mandados de segurança e medidas cautelares referentes a vantagens pecuniárias concedidas e ainda não incorporadas em caráter definitivo às remunerações dos beneficiários.

Nesse item estão consideradas todas as despesas de sentenças judiciais, independentemente do grupo a que pertença cada uma delas, conforme a classificação da despesa quanto à sua natureza.

III – METODOLOGIA GERAL DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS

ASPECTOS GERAIS

Os demonstrativos da execução orçamentária da receita e da despesa fontes tesouro, inclusive para a apuração da receita líquida real (RLR), incluirão as receitas e despesas de fundos estaduais constituídos para a condução de programas e projetos de responsabilidade do Tesouro Estadual, tais como políticas sociais, investimentos em infra-estrutura econômica, incentivo ou auxílio financeiro ao setor privado e outros.

Em caso de realização de encontro de contas com credores, deve-se observar que a aplicação do regime orçamentário de caixa abrange também os ingressos indiretos. São denominados ingressos indiretos as operações realizadas pelo ente que consiste na utilização de direitos, cujos recebimentos estejam previstos no orçamento, para quitar obrigações também autorizadas no orçamento.

No que se refere aos recebimentos de dívida ativa em bens e direitos, deve ser observado o item 9.3.1 do Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, aprovado pela Portaria STN nº 564, de 27 de outubro de

2004, que assim estabelece: Os recebimentos em bens ou direitos que configurem a quitação de Dívida Ativa, nos termos previstos em textos legais, devem refletir-se pela baixa do direito inscrito em Dívida Ativa e reconhecimento de receita orçamentária, bem como a incorporação do bem ou direito correspondente com reconhecimento de despesa orçamentária, independentemente de sua destinação. Qualquer que seja a forma de recebimento da Dívida Ativa não poderá acarretar prejuízos na distribuição das receitas correspondentes.

A avaliação de cumprimento de metas do Programa incluirá, mesmo que não empenhadas e não pagas pelo Estado, as despesas com pessoal, serviço da dívida, transferências constitucionais e legais a municípios, transferências de recursos ao FUNDEB e sentenças judiciais, de competência do exercício, que tenham sido consideradas no estabelecimento de metas do Programa.

Não obstante o que preceitua o art. 60 da Lei nº 4.320/64, serão também computadas eventuais despesas não empenhadas mas que tenham sido pagas no exercício (despesas a regularizar).

Para efeitos do Programa, inclusive para apuração da RLR, os impactos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) sobre os fluxos de receitas e despesas obedecerão ao seguinte procedimento:

Serão desconsideradas as rubricas de deduções da receita para o FUNDEB (contas redutoras).

Na eventualidade de a participação do Estado no conjunto de receitas do FUNDEB (exclusive eventual complementação da União) contabilizada na rubrica 4.1.7.2.4.01.00 – Transferências de Recursos do FUNDEB exceder os valores repassados ao Fundo, o montante dessa diferença comporá o valor apurado da receita realizada.

Na eventualidade de a participação do Estado no conjunto de receitas do FUNDEB (exclusive eventual complementação da União) contabilizada na rubrica 4.1.7.2.4.01.00 – Transferências de Recursos do FUNDEB, ser inferior aos valores repassados ao FUNDEB, o montante dessa diferença comporá o valor apurado da despesa empenhada, sendo apropriada na rubrica 3.3.3.7.0.41.00 – Transferência a Instituições Multigovernamentais Nacionais – Contribuições.

Em todos os casos, a complementação da União comporá a receita realizada.

O quadro a seguir sintetiza os procedimentos de apuração do FUNDEB, considerando o registro contábil efetuado pelo Estado.

Demonstrativo da Apuração do FUNDEB

Contribuição (A)	Retorno (B)	Ganho/Perda (A – B)
3.3.3.7.0.41.00	4.1.7.2.4.01.00	Se $A > B \Rightarrow$ Perda – Será contabilizada como Despesa , discriminada como outras despesas correntes, no Anexo I - Planilha Gerencial
		Se $A < B \Rightarrow$ Ganho – Será contabilizado como Receita , discriminada como outras receitas de transferências, no Anexo I - Planilha Gerencial

PROJEÇÃO

Os montantes projetados de receitas e despesas são resultantes de estimativas de responsabilidade do Estado, acordadas com a STN.

APURAÇÃO DOS DADOS

Os valores de receitas e despesas, expressos a preços correntes, são extraídos de balancetes mensais do Estado (adaptados se necessário para efeito do Programa) e compatibilizados com o balanço anual.

AValiação do Cumprimento de Metas

A avaliação do cumprimento das metas e compromissos será efetuada anualmente e serão utilizados os mesmos procedimentos adotados para a sua elaboração.

À exceção da meta 1, mesmo que determinados valores tenham sido projetados a partir da adoção de hipóteses e parâmetros estimativos, não haverá qualquer ajuste de metas decorrente de discrepâncias com

as hipóteses e parâmetros efetivamente observados, salvo por erro material. Logo, as metas estabelecidas a preços correntes ou percentuais de receita serão consideradas fixas.

DADOS, INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO ESTADO

O Estado compromete-se a encaminhar, segundo as respectivas periodicidades, os seguintes dados, informações e documentos:

- Demonstrativo da posição do saldo consolidado de caixa – trimestralmente;
- Demonstrativo da Execução Orçamentária, fontes tesouro – mensalmente;
- Demonstrativo da Execução Orçamentária do Rioprevidência – mensalmente;
- Demonstrativo da Execução Orçamentária da despesa do Rioprevidência por fontes de recursos – mensalmente;
- Demonstrativo da Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fundri), fontes tesouro – mensalmente;
- Demonstrativo da Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP), – mensalmente;
- Demonstrativo das transferências a Municípios, discriminando as constitucionais e legais das demais – mensalmente;
- Demonstrativo das despesas com pessoal, fontes tesouro, discriminando segundo Poder Executivo (Administração Direta); Poder Executivo (Administração Indireta); outros Poderes; inativos e pensionistas; e outras despesas com pessoal – mensalmente;
- Cronogramas de desembolsos para pagamento do serviço da dívida, segundo modelo estabelecido pela Portaria MF nº 89/97 – trimestralmente;
- Balanço Geral do Estado – anualmente;
- Demonstrativo das receitas e despesas, fontes tesouro (quando essa apuração não puder ser feita a partir do Balanço Geral do Estado) – anualmente;
- Relatório de Cumprimento de Metas do Programa relativas ao exercício anterior – anualmente;

IV – DESCRIÇÃO DAS METAS E ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

META 1 – RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

Não ultrapassar, em cada ano, o limite superior da relação D/RLR da trajetória especificada no Programa até que a dívida financeira total do Estado (D) não seja superior à receita líquida real (RLR) anual.

Os índices referentes à relação dívida financeira / RLR são apresentados segundo dois limites: o inferior considera as estimativas de receitas de operações de crédito já contratadas e dos compromissos delas decorrentes; o superior considera também os valores correspondentes ao ingresso de receitas de operações de crédito, previstas no Programa e ainda não contratadas, e dos compromissos delas decorrentes.

A consideração de operações de crédito a contratar no limite superior não significa anuência prévia da STN à sua contratação, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

Quanto à Dívida Financeira

A projeção dos saldos devedores e do serviço da dívida financeira é realizada de acordo com as condições contratuais informadas pelo Estado no Demonstrativo das Dívidas do Tesouro Estadual, segundo modelo estabelecido em Termo de Referência das Missões Técnicas, cujos dados são conciliados com as informações do Anexo I da Portaria MF nº 89/97.

No caso das dívidas refinanciadas pela União, a conciliação também é feita com as informações da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI) da STN. Na eventualidade de discrepâncias não passíveis de conciliação, prevalece o valor informado pela COAFI.

A projeção dos saldos devedores relativos às dívidas refinanciadas ao amparo das Leis nº 9.496/97 e nº 8.727/93 baseia-se também na estimativa da RLR média, a qual é obtida a partir da aplicação da sazonalidade média dos três exercícios anteriores sobre a projeção da RLR a preços correntes do Anexo III do Programa.

As dívidas contratadas em moeda estrangeira serão expressas em reais e projetadas a preços constantes de dezembro do ano anterior ao de elaboração do Programa. Por ocasião da avaliação, serão ajustadas pela variação real do câmbio.

A dívida discriminada como "Mobiliária" refere-se a títulos da dívida externa emitidos pelo Estado e consolidados pela União de acordo com o Decreto Lei nº 6.019 de 23/11/43. Não foram projetados encargos e amortização para essa dívida.

Estão incluídas no total da dívida financeira as dívidas da Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS, sucessora da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro – METRÔ-RJ, junto ao Tesouro Nacional (DMLP) e ao INSS (parcelamento), da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB/RJ, junto a Caixa Econômica Federal, e da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (CENTRAL) relativa a parcelamentos de previdência privada junto a REFER (Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social). As dívidas relativas à Lei nº 8.727/93 da CEHAB e do BANERJ são assumidas formalmente e estão computadas como sendo de responsabilidade do Tesouro Estadual.

Para cada exercício, a dívida financeira a ser apurada corresponde ao saldo em 31 de dezembro.

O serviço e o saldo realizados da dívida financeira são extraídos de:

Balancetes mensais fontes tesouro compatibilizados com o balanço anual;

Cronograma de Desembolso das Dívidas Estaduais elaborado pelo Estado, segundo Anexo I definido pela Portaria MF nº 89/97;

Demonstrativo das Liberações e do Serviço de Dívida de Operações de Crédito Contratadas e a Contratar elaborado pelo Estado, segundo modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas;

O serviço realizado das dívidas refinanciadas pela União, informado pelo Estado, é conciliado com a informação da COAFI. Na eventualidade de discrepâncias não passíveis de conciliação, prevalece o valor informado pela última.

Quanto à Receita Líquida Real

Para a projeção dos três primeiros exercícios do Programa, a RLR será estimada para o período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. Tal projeção é decorrente de estimativas de responsabilidade do Estado, acordadas com a STN. Para a projeção dos demais exercícios, será aplicada uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

Em cumprimento à liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Cautelar nº 231, apensada à Ação Cível Originária nº 720, movidas pelo Estado contra a União, a RLR é projetada e apurada desconsiderando as receitas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza. No caso de perda de eficácia da citada liminar, serão feitos os ajustes pertinentes.

Não se aplica, para fins de projeção e apuração da RLR, a dedução relativa à Gestão Plena de Saúde, uma vez que o Estado, excepcionalmente, ainda não registra tais recursos nos demonstrativos de receitas fontes tesouro.

A RLR apurada refere-se ao período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços constantes do mês de dezembro do ano avaliado.

Quanto à Relação Dívida Financeira / RLR

A avaliação do cumprimento da meta 1 dar-se-á pela comparação entre a meta ajustada e o resultado alcançado. A meta ajustada deverá ser obtida levando-se em conta, além da correção de eventuais erros materiais, os seguintes procedimentos:

Sobre a projeção do estoque das dívidas sujeitas à variação cambial, aplica-se o multiplicador correspondente à variação real do câmbio. A fórmula do multiplicador é: (Taxa de câmbio do exercício avaliado / Taxa de câmbio do exercício base para projeção) / (1 + variação percentual do IGP-DI acumulado no período). A taxa de câmbio refere-se à de fechamento, de venda no último dia útil do exercício;

Sobre o montante nominal projetado da RLR, substitui-se o IGP-DI médio projetado pelo realizado;

Sobre a projeção da RLR utilizada para o cálculo do limite mensal de comprometimento do serviço da dívida, substitui-se o índice projetado do IGP-DI pelo realizado;

Sobre as receitas de operações de crédito, substituem-se os valores projetados pelos realizados. No caso de receitas de operações de crédito externas, o valor realizado será ajustado pela variação real do câmbio correspondente ao período compreendido entre a liberação e o mês de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. No caso das operações de crédito internas, o valor realizado será deflacionado para preços constantes de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa.

Não haverá ajuste da meta 1 decorrente de inadimplências contratuais.

Quanto às Operações de Crédito

A dívida financeira projetada incorpora as estimativas de receitas de operações de crédito previstas no Anexo V do Programa, expressas em reais (R\$), a preços constantes de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa.

As projeções de operações de crédito internas e externas contemplam as já contratadas em fase de liberação e as operações de crédito a contratar.

Independentemente de haver revisão do Programa, o limite a contratar, em reais, para o montante das operações de crédito, internas e externas, que não tenham sido objeto de deferimento de pleitos junto à STN¹, será atualizado anualmente, após a divulgação do IGP-DI de dezembro.

Por ocasião da revisão do Programa, os limites a contratar das operações objeto de deferimento de pleitos junto à STN¹ e não contratadas até 31 de dezembro do ano anterior serão atualizados pelo IGP-DI para a posição de 31 de dezembro do ano anterior, sendo permitida a redistribuição dos montantes decorrentes dessa atualização. As operações contratadas até 31 de dezembro do ano anterior serão excluídas do limite global a contratar pelo valor previsto no Anexo V.

Excepcionalmente, o Estado poderá manifestar-se formalmente solicitando a redistribuição do limite das operações de crédito a contratar. As operações que já obtiveram deferimento de pleitos junto à STN¹ não poderão ser redistribuídas.

Para fins de instrução de pleitos junto à STN¹, serão considerados os seguintes critérios: a) para operações de crédito internas: (i) o montante a contratar será autorizado até o valor previsto no Anexo V do Programa na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da assinatura do Programa; (ii) no caso de pleito apresentado em ano subsequente ao da assinatura do Programa, o montante a contratar será autorizado até o valor atualizado pelo IGP-DI para a posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da análise do pleito; e b) em se tratando das operações de crédito externas: (i) o montante a contratar será autorizado até o valor convertido para a moeda estrangeira, pela cotação de venda na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da assinatura do Programa; (ii) no caso de pleito apresentado em ano subsequente ao da assinatura do Programa, o montante a contratar, após atualização pelo IGP-DI para a posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da análise do pleito, será autorizado até o valor convertido para a moeda estrangeira pela cotação de venda na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da referida análise.

O valor das operações de crédito a contratar previstas no Anexo V do Programa deve guardar consonância com o valor das cartas consultas submetidas à COFIEX. Em caso de divergência, o Estado obrigará-se a representar as cartas consultas, adequando o montante da operação de crédito ao do Anexo

¹ Referem-se aos pleitos de verificação de limites e de condições de autorização previstas nas resoluções n^{os} 40 e 43 do Senado Federal.

V do Programa ou, alternativamente, a redistribuir o valor da operação de crédito a contratar, conforme critérios definidos acima.

Essa revisão do Programa estabeleceu como novo limite de contratação o montante de R\$ 1.577.937 mil. Desse montante, o valor de R\$ 77.937 mil foi obtido a partir dos critérios de atualização do Anexo V do Programa descritos acima. O montante restante foi estabelecido a partir da inclusão de novas operações de crédito conforme seção V, que trata da descrição das condições de inclusão de operações de crédito a contratar acrescidas ao limite do Anexo V.

META 2 – RESULTADO PRIMÁRIO

Estabelece os montantes relativos ao resultado primário, expressos a preços correntes, projetados para o triênio.

No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. Na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado se compromete a não gerar atrasos/deficiências em cada exercício do triênio.

META 3 – DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

Estabelece a relação percentual entre os montantes projetados das despesas com pessoal e da receita corrente líquida (RCL), a qual deverá ser limitada a 60% da receita corrente líquida (RCL) em cada ano do triênio referido no Programa.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

A projeção das despesas com funcionalismo público deverá contemplar as doze folhas de pagamento de competência do exercício, o décimo-terceiro salário e o adicional de férias.

A despesa com pessoal civil da administração direta (inclusive Defensoria Pública), da administração indireta e de outros poderes devem corresponder à soma das rubricas vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil, contratação por tempo determinado e outras despesas variáveis – pessoal civil.

A despesa com pessoal militar da administração direta deve corresponder à soma das rubricas vencimentos e vantagens fixas – pessoal militar e outras despesas variáveis – pessoal militar.

Para os Estados que institucionalizaram regime próprio de previdência social (RPPS), de que trata a Lei nº 9.717/98, a despesa com inativos e pensionistas deve corresponder ao repasse financeiro do tesouro estadual para a cobertura do déficit entre as receitas próprias e despesas do fundo previdenciário. Para os Estados que não institucionalizaram regime próprio de previdência social (RPPS), de que trata a Lei nº 9.717/98, a despesa com inativos e pensionistas deve corresponder ao agregado dos pagamentos suportados pelo tesouro estadual.

As projeções para inativos e pensionistas não estão apresentadas de forma detalhada e refletem as perspectivas do Estado quanto à alocação de recursos próprios e fontes tesouro a serem gastos pelo RIOPREVIDÊNCIA.

Os valores referentes ao fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, incorporados ao patrimônio do RIOPREVIDÊNCIA, serão considerados despesas com inativos e pensionistas.

As despesas referentes à cobertura do passivo previdenciário do Previ-Banerj foram consideradas como Outras Despesas Correntes.

As outras despesas devem corresponder à soma das demais rubricas de despesas com pessoal excetuadas: despesas de exercícios anteriores, sentenças judiciais e indenizações e restituições trabalhistas. As contribuições patronais, as aposentadorias e pensões especiais e os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos deverão também estar contidos nesse item.

As entidades da administração indireta que recebem recursos fontes tesouro para cobrir, total ou parcialmente, suas despesas com pessoal são:

Autarquias:

Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro - IPERJ;

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA;
Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ;
Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro - SUDERJ;
Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura - IEEA;
Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - ISPERJ;
Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - IASERJ;
Departamento de Recursos Minerais - DRM;
Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro – antigo PRODERJ.

Fundações:

Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro - DETRO;
Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro - FESP;
Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ;
Fundação Estadual do Norte Fluminense - FENORTE;
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ;
Fundação Casa França Brasil - FCFB;
Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM;
Fundação Museu a Imagem e do Som - MIS;
Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente - FEEMA;
Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF;
Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA;
Fundação Santa Cabrini - FSC;
Fundação Leão XIII;
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ;
Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ;
Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC;
Fundação Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF;
Fundação Centro de Ciência e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro - CECIERJ;
Fundação para Infância e Adolescência - FIA;
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE;

Empresas Públicas:

Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP;
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER;
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO;
Empresa Estadual de Viação – Em Liquidação - SERVE.

Sociedades de Economia Mista:

Companhia de Armazéns e Silos do Estado do Rio de Janeiro - CASERJ;
Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro - CEASA;
Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro - CEHAB;
Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro – Em Liquidação - METRÔ;
Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro – Em Liquidação - CTC;
Companhia Fluminense de Trens Urbanos – Em Liquidação - FLUMITRENS;
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN;
Instituto Vital Brasil - IVB;
Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e logística - CENTRAL;
Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS;
Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro - TURISRIO.

META 4 – RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

Estabelece os montantes projetados das receitas de arrecadação própria, a preços correntes, para o triênio referido no Programa.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

As receitas de serviços financeiros serão consideradas no Programa como receitas financeiras.

Para efeitos do Programa, a receita do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Estado será considerada como receita de transferências.

Incluem-se na projeção das Receitas de Arrecadação Própria os valores referentes ao fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, incorporados ao patrimônio do RIOPREVIDÊNCIA.

META 5 – REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Estabelece compromissos anuais no âmbito do processo de desestatização, reforma administrativa e patrimonial, que resultem em racionalização administrativa e/ou limitação de despesas.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

O compromisso relativo ao Relatório sobre a Execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado no Exercício de 2007 e sobre as Perspectivas para o Período 2008-2010 será avaliado conforme os critérios de elaboração estabelecidos no Termo de Referência.

Apesar de haver previsão de alienação de ativos para o triênio, esses valores não compõem a meta, que ficou restrita a compromissos.

META 6 – DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL

Estabelece os limites para a realização de despesas de investimentos, expressos como relação percentual da RLR a preços correntes, para os exercícios projetados no Programa.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

A RLR refere-se ao período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços correntes. A projeção é decorrente de estimativas de receitas e despesas de responsabilidade do Estado, acordadas com a STN.

Em cumprimento à liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Cautelar nº 231, apensada à Ação Cível Originária nº 720, movidas pelo Estado contra a União, a RLR é projetada e apurada desconsiderando as receitas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza. No caso de perda de eficácia da citada liminar, serão feitos os ajustes pertinentes.

Não se aplica, para fins de projeção e apuração da RLR, a dedução relativa à Gestão Plena de Saúde, uma vez que o Estado, excepcionalmente, ainda não registra tais recursos nos demonstrativos de receitas fontes tesouro.

V – DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR ACRESCIDAS AO LIMITE DO ANEXO V NA REVISÃO DO PROGRAMA.

O novo limite considerou a inclusão de novas operações de crédito no valor total de R\$ 1.500 milhões, distribuídos da seguinte forma:



CONTRATO	ENTIDADE FINANCEIRA	TOTAL
GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	BID	50.000
INFRAESTRUTURA I - PORTO DO RIO	BID	100.000
INFRAESTRUTURA II - TRANSPORTES	BIRD	375.000
PRODETUR	BID	200.000
PROFAZ (PROFISCO)	BID	35.000
RIORURAL	BIRD	70.000
SANEAMENTO -PAC	BID	100.000
VIA LIGHT	BID	100.000
HABITAÇÃO	CAIXA	20.000
PMAE	BNDES	15.000
PMAE II - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E REFORMA DO ESTADO	BNDES	50.000
SANEAMENTO - PAC	CAIXA	200.000
SANEAMENTO (PAC)	BNDES	185.000
TOTAL		1.500.000

Ressalte-se que tais operações não estão incluídas nas exceções previstas no art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 40 e no art. 7º, §8º da Resolução do Senado Federal nº. 43, ambas de 2001.

A consideração destas novas operações de crédito na trajetória superior do Programa aponta que tais operações não ferem o §5º do art. 3º da Lei nº 9.496/97. Entretanto, tais operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União, inclusive das condições e compromissos descritos a seguir:

- Atingir RLR que garanta a realização do pagamento do serviço das dívidas que se beneficiam do limite de comprometimento, de forma consistente com as projeções que embasaram a trajetória D/RLR ora acordada, nos termos da atual regra de cálculo. Para tanto, independentemente dos ajustes anteriormente descritos para fins de verificação do cumprimento da meta D/RLR, o Estado deverá assegurar o alcance da RLR a preços de dezembro de 2007 em 2008, 2009 e 2010 conforme coluna (D) do quadro abaixo:

R\$ milhões

ANO	RLR nominal (A)	IGP-DI dezembro (B)	IGP-DI médio (C)	RLR dezembro de 2007 (D)=(A)/(C)*(B)	% de crescimento real (E)
2007	18.935	370,4850	-	19.860	-
2008	20.465	-	380,8376	19.909	0,24%
2009	22.366	-	397,8810	20.826	4,61%
2010	24.082	-	414,2043	21.540	3,43%

Nota: A RLR detalhada na coluna "D" foi calculada tomando como base as projeções do IGP-DI médio e da RLR nominal acima indicadas. Contudo, a realização do índice em valores discrepantes não implicará em ajuste das RLR's a preços de dezembro de 2007 acordadas.

- Cumprir o inciso IV do art. 5º da RSF nº 43/2001, de vedação de realização de operação de crédito que represente violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União;
- Manter-se adimplente em relação ao cumprimento das metas do Programa, conforme Medida Provisória nº 2.192/70, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003;
- Obter classificação "A" ou "B" de capacidade de pagamento, conforme a Portaria MF nº 89, de 25 de abril de 1997, considerando todas as operações de crédito previstas no Programa, inclusive a operação de crédito em análise;
- Não gerar Atrasos/Deficiência.

A assunção de dívidas da Administração Direta ou Indireta pelo Tesouro Estadual, com o conseqüente crescimento da relação D/RLR projetada, tornará sem efeito a inclusão das operações de crédito. Nesse caso, poderá haver nova análise de inclusão dessas operações, a critério da STN, por solicitação do Estado.

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
MONTANTES TOTAIS

Estado: RJ
Em R\$ Mil de 31/12/2007

CLASSIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
	TOTAL	317.619	452.814	316.604	310.000	260.000	159.999	1.817.036
1.X.X	Tesouro Estadual	317.619	452.814	316.604	310.000	260.000	159.999	1.817.036
2.X.X	Outras Entidades do Estado, serviço do Tesouro Estadual							
3.X.X	Outras Entidades do Estado, serviço das próprias							
X.1.X	Externas	133.971	229.776	206.325	200.179	185.876	151.810	1.107.937
X.2.X	Internas	183.647	223.039	110.279	109.821	74.124	8.189	709.099
X.X.1	A Contratar, Excepcionalizadas R. SF nº 43/01	53.139	24.798					77.937
X.X.2	A Contratar, não Excepcionalizadas R. SF nº 43/01	128.163	325.234	316.604	310.000	260.000	159.999	1.500.000
X.X.3	Em Execução	136.317	102.782					239.099
1.1.1	Tesouro Estadual, Externas, A Contratar, Excepcionalizadas R. SF nº 43/01	53.139	24.798					77.937
1.1.2	Tesouro Estadual, Externas, A Contratar, não Excepcionalizadas R. SF nº 43/01	80.832	204.977	206.325	200.179	185.876	151.810	1.030.000
1.2.2	Tesouro Estadual, Internas, A Contratar, não Excepcionalizadas R. SF nº 43/01	47.330	120.257	110.279	109.821	74.124	8.189	470.000
1.2.3	Tesouro Estadual, Internas, Em Execução	136.317	102.782					239.099

#####

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

**AVALIAÇÃO DA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

1. A avaliação da situação financeira do Estado do Rio de Janeiro será analisada considerando os critérios estabelecidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) e terá como base os valores realizados no último triênio, apresentados nos quadros anexos do Programa.
2. Para simplificar a exposição dos dados, os montantes mencionados nesta avaliação referir-se-ão a valores correntes e os percentuais de variação a valores reais. O índice de preços utilizado será o IGP-DI médio anual, salvo no caso do estoque da dívida, que será comparado em termos de IGP-DI acumulado anual.
3. No ano de 2007, o Estado apresentou superávit primário de R\$ 3.064 milhões contra superávits primários de R\$ 1.850 milhões e R\$ 2.223 milhões em 2006 e 2005, respectivamente. A evolução do resultado primário em 2007 deveu-se ao crescimento da receita líquida (1,17%) superior ao da despesa não-financeira (-4,25%).
4. Em função desse resultado, o Estado incorreu em suficiência financeira, pois a soma do resultado primário com as fontes de financiamento foi suficiente para permitir a cobertura do serviço da dívida. Resultados díspares aconteceram em 2006 e 2005, quando o Estado apresentou deficiência de recursos de R\$ 319 milhões e suficiência de recursos de R\$ 80 milhões, respectivamente.
5. A receita bruta de 2007 alcançou R\$ 27.246 milhões, com um incremento de R\$ 1.631 milhões em relação ao ano anterior. Tal aumento foi resultante principalmente das receitas de arrecadação própria, que apresentaram crescimento de 5,26%, passando de R\$ 18.047 milhões para R\$ 19.961 milhões. As despesas com transferências a municípios alcançaram R\$ 4.789 milhões e a receita líquida resultou em R\$ 22.457 milhões.
6. As receitas de arrecadação própria foram responsáveis, por 72,13%, 70,45% e 73,26% do total da receita bruta em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Como se observa, o Estado reduziu discretamente a dependência das transferências da União em 2007. O ICMS, que respondeu por 86,24% das receitas de arrecadação própria em 2007, cresceu 1,95% em relação a 2006 enquanto que as outras receitas de arrecadação própria cresceram 32,12%.
7. As despesas não-financeiras atingiram o total de R\$ 19.392 milhões em 2007, o que significou uma diminuição de 4,25% em relação ao ano anterior. As despesas com pessoal tiveram um incremento de R\$ 569 milhões (0,25%), enquanto que as outras despesas correntes e de capital diminuíram R\$ 451 milhões (-9,82%).
8. As despesas com pessoal foram responsáveis, por 56,16%, 55,26% e 57,86% do total da despesa não-financeira em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2007, o crescimento das despesas com pessoal deveu-se, principalmente, aos aumentos de 5,35% dos gastos com o executivo (administração direta) e de 0,99% com demais Poderes e à diminuição de 41,47% com inativos e pensionistas em relação a 2006, que representaram 38,32%, 19,97% e 19,13%, respectivamente, do total das despesas com pessoal. Destaca-se que a diminuição das despesas com inativos e pensionistas deveu-se à reclassificação contábil das despesas com obrigações patronais a partir do exercício de 2007, passando de inativos e pensionistas para outras despesas



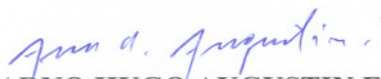
de pessoal. Entretanto, o crescimento da receita corrente líquida (RCL) de 1,73% contribuiu para que a relação despesas com pessoal / RCL caísse de 50,59% em 2006 para 49,85% em 2007.

9. As outras despesas correntes, em 2007, apresentaram crescimento de R\$ 671 milhões (5,45%) em relação ao ano anterior. Os investimentos, por sua vez, apresentaram uma queda de 30,16%. Ressalte-se que os recursos de operações de crédito diminuíram 55,84%.

10. O estoque da dívida do Estado, que era de R\$ 43.144 milhões em 31 de dezembro de 2005, passou para R\$ 44.804 milhões em 31 de dezembro de 2006, representando um acréscimo do estoque de 0,05%. Já o saldo em 31 de dezembro de 2007 totalizou R\$ 47.179 milhões, apresentando uma diminuição de 2,40% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à diminuição de 3,50% da dívida referente ao BACEN. No entanto, houve acréscimo de 0,61% da dívida referente à Lei nº 9.496/97. Ressalte-se que o Estado paga o serviço da dívida decorrente do contrato firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97 usufruindo do limite de comprometimento de 13% da receita líquida real e que, por este motivo, vem acumulando resíduo, cujo valor alcançou o montante de R\$ 9.584 milhões em dezembro de 2007. Ademais, devido à apuração da receita líquida real desconsiderando as receitas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, em cumprimento à liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Cautelar nº 231, apensada à Ação Cível Originária nº 720, movidas pelo Estado contra a União, a pendência jurídica decorrente atingiu o montante de R\$ 851 milhões na mesma posição de dezembro de 2007.

11. A avaliação da situação financeira do Estado demonstra a importância da continuidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas do Estado. A revisão do Programa prevê resultados primários positivos (R\$ 2.091 milhões, R\$ 2.452 milhões e R\$ 2.700 milhões em 2008, 2009 e 2010, respectivamente) que, somados com as fontes de financiamento, são suficientes para o Estado honrar os seus compromissos financeiros projetados, não gerando atrasos nos próximos três anos.

Brasília, 15 de abril de 2008.


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional


de pessoal. Entretanto, o crescimento da receita corrente líquida (RCL) de 1,73% contribuiu para que a relação despesas com pessoal / RCL caísse de 50,59% em 2006 para 49,85% em 2007.

9. As outras despesas correntes, em 2007, apresentaram crescimento de R\$ 671 milhões (5,45%) em relação ao ano anterior. Os investimentos, por sua vez, apresentaram uma queda de 30,16%. Ressalte-se que os recursos de operações de crédito diminuíram 55,84%.

10. O estoque da dívida do Estado, que era de R\$ 43.144 milhões em 31 de dezembro de 2005, passou para R\$ 44.804 milhões em 31 de dezembro de 2006, representando um acréscimo do estoque de 0,05%. Já o saldo em 31 de dezembro de 2007 totalizou R\$ 47.179 milhões, apresentando uma diminuição de 2,40% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à diminuição de 3,50% da dívida referente ao BACEN. No entanto, houve acréscimo de 0,61% da dívida referente à Lei nº 9.496/97. Ressalte-se que o Estado paga o serviço da dívida decorrente do contrato firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97 usufruindo do limite de comprometimento de 13% da receita líquida real e que, por este motivo, vem acumulando resíduo, cujo valor alcançou o montante de R\$ 9.584 milhões em dezembro de 2007. Ademais, devido à apuração da receita líquida real desconsiderando as receitas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, em cumprimento à liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Cautelar nº 231, apensada à Ação Cível Originária nº 720, movidas pelo Estado contra a União, a pendência jurídica decorrente atingiu o montante de R\$ 851 milhões na mesma posição de dezembro de 2007.

11. A avaliação da situação financeira do Estado demonstra a importância da continuidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas do Estado. A revisão do Programa prevê resultados primários positivos (R\$ 2.091 milhões, R\$ 2.452 milhões e R\$ 2.700 milhões em 2008, 2009 e 2010, respectivamente) que, somados com as fontes de financiamento, são suficientes para o Estado honrar os seus compromissos financeiros projetados, não gerando atrasos nos próximos três anos.

Brasília, 15 de abril de 2008.


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional